

O autor: a unidade e a multiplicidade de uma função classificativa

Walter Melo*

RESUMO

A partir dos estudos de Michel Foucault acerca da função autor, traçaremos um percurso de diálogos e embates ao lançarmos mão da noção de transindividualidade de Lucien Goldmann; das análises jurídicas, repressivas e materiais de Roger Chartier; da concepção de projeto de Sartre. Nestes estudos, concebemos o autor de maneira diversa da romântica proposta do gênio iluminado. Em seguida, são analisadas as obras utópicas de Platão, Francis Bacon e Skinner. Palavras-chave: autor; ensaio; utopia.

SUMMARY

From Michel Foucault's studies on the role of the author we will draw a line of dialogues and contradictions as we lay hold of the idea of trans-individuality by Lucien Goldmann; Roger Chartier's legal, repressive and material analysis and Sartre's conception of project. In such studies we consider the author from an angle different from that of the romantic conception of the enlightened genius. Following, the utopian works of Plato, Francis Bacon and Skinner are analyzed.

Key words: author, essay, utopia.

RESUMEN

La partir de los estudios de Michel Foucault de la función del autor, bosquejaremos un trayecto de diálogos y embates al lanzar mano de la concepción de trans-individualidad de Lucien Goldmann; de las análisis jurídicas, represivas y materiales de Roger Chartier; y de la concepción de proyecto de Sartre. En estos estudios, concebimos al autor de manera diversa que la manera romántica propuesta del genio iluminado. Enseguida, se analizan las obras utópicas de Platón, Francis Bacon y Skinner.

Palabras-clave: autor; ensayo; utopía.

O s enunciados e os embates de Foucault

No dia 22 de fevereiro de 1969, Michel Foucault proferiu uma palestra na Société Française de Philosophie, na sala 6 do Collège de France. Ao se levar em conta as palavras de Jean Wahl, presidente da sessão, vemos que Foucault, como de costume, era aguardado por um auditório seletivo e impaciente. Jean Wahl dizia que não precisa apresentar o palestrante, pois tratava-se do autor de *As Palavras e as Coisas* e da tese sobre a loucura. Quando o arqueólogo do *Mesmo e do Outro*, com sua figura imponente de grande orador e possuidor de um texto vigoroso, se pronunciou, ficamos sabendo sobre qual tema ele iria falar: o que é um autor. Tema “demasiado insignificante” (Foucault, 1992, p. 30), segundo o próprio autor, mas esperado como brilho fulgurante vindo da iluminada careca.

Ao levantar essa questão, que ele próprio qualificou como “talvez um pouco estranha” (Foucault, 1992, p. 31), Foucault tem a intenção de fazer uma crítica, a fim de estabelecer algumas correções de “um certo número de imprudências” (idem) que cometeu em *As Palavras e as Coisas* e que será melhor elaborada em um texto futuro: *A Arqueologia do Saber*. Quais foram essas imprudências? Ao analisar a possibilidade de emergência de “práticas discursivas específicas” (idem, p. 32), Foucault buscava as regras para a construção de conceitos e teorias que podem ser encontradas nas unidades fundamentais até então estabelecidas: o livro, a obra e o autor. Apesar de preferir falar das massas verbais que compõem a “história natural” ou a “economia política” do que desenvolver a genealogia de individualidades, surgem, a todo o momento, nomes de autores: Buffon, Cuvier, Ricardo, Marx, Lineu, Darwin, etc. A utilização selvagem de nomes de autores traz uma ambigüidade ao livro, pois alguns leitores esperavam uma análise do conjunto de obras de autores relevantes no campo das ciências humanas, e Foucault não pretendia nenhuma descrição de determinado autor ou mesmo saber a verdade discursiva que se pode extrair da essência da obra.

Então, qual o sentido de se utilizar o nome de diversos autores em obra que não está interessada no estabelecimento dos papas ou mesmo dos santos das ciências humanas? Esta questão merece, por parte de Foucault, uma atenção especial, pois seu inocente uso de nomes de autores deve ser visto sob o prisma do estudo do “momento forte da

individualização” (Foucault, 1992, p. 33). A relação que se estabelece entre texto e autor, geralmente de maneira a fazer daquele uma expressão da individualidade deste, será trabalhada não do ponto de vista da interioridade que se manifesta, mas de uma prática que se faz presente, que se atualiza como acontecimento.

No entanto, os cenários de embates, tensões, obscuridades, esquecimentos, fraturas e disparidades, são, a todo o momento, apaziguados, harmonizados, iluminados, idealizados, reconstituídos – em cadeia ou modelos – e unificados. Não é neste tipo de totalização que se inscreve o trabalho de Foucault, pois não está interessado em ordenamentos dignos das tábuas de trabalho de Francis Bacon. Daí seus detratores poderem enxergar famílias monstruosas nascerem das páginas de seu livro. O texto de *As Palavras e as Coisas* aproxima nomes como de Buffon e Lineu, de Cuvier e Darwin, contrariando toda uma ordem de similitudes, quer por parentesco quer das coisas da natureza. O pensamento estanque dos ordenamentos deste tipo sofre inquietações, como no caso da divisão dos animais a partir do seguinte quadro de trabalho: “a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) *et cetera*, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas” (Borges *apud* Foucault, 1995, p. 5).

Segundo Foucault, a escrita de um texto que elabora uma obra está sempre se constituindo como abertura de um espaço, no qual o sujeito que delinea as frases, que estabelece os parágrafos, que organiza os capítulos, desaparece a cada instante, dado que o texto está identificado com sua exterioridade que se manifesta. Não seria, então, contraditório ouvirmos Foucault falar, anos mais tarde – em 1981 –, que seus trabalhos teóricos sempre partiram de sua própria experiência, configurando “um fragmento de autobiografia”? (Foucault *apud* Erixon, 1990, p. 43). Será que o texto de *A História da Loucura*, de *As Palavras e as Coisas* e, principalmente, de *A História da Sexualidade* diriam respeito, antes a Foucault do que a um objeto de estudo? Será que Foucault simplesmente exprimia sua objetividade nas densas páginas desses livros? Não nos parece ser o caso. Uma coisa é tornar a experiência, as vivências, as preocupações íntimas ou externalizadas, como ponto de partida de um estudo; outra coisa muito diferente é trabalhar em um movimento de circularidade fazendo a obra retornar ao umbigo de seu autor: “Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado

civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever” (Foucault, 2000, p. 20).

Se o sujeito da escrita vai desaparecendo no próprio ato de escrever, e, mesmo sem negar que a subjetividade do sujeito está relacionada com o tema e maneira de abordá-lo, não devemos, de forma alguma, restringir a obra a um auto-retrato da alma do autor, estabelecendo uma “totalidade totalitária” que constrói e alimenta uma busca pela unidade dos saberes que se faz possível a partir da “simbiose possessiva entre Vida-e-Obra” (Neves, 1988, p. 3). Esta confusão que se faz entre sujeito empírico e sujeito do conhecimento, encarcera a produção de saber em um passado biográfico a ser cultuado, que, na ânsia de cultuar, constrói um “castelo de intolerância” com o percurso de embates, com as tensões geradas durante a produção do saber, e mantém o centro não no cultuado, mas no sujeito que cultua, fazendo daquele mero espelho (*idem*, p. 12). Neste tipo de relação, que serve para iluminar narcisismos, não existe objeto de conhecimento.

Essa desvinculação entre sujeito empírico e sujeito do conhecimento possibilitada pelo desaparecimento permanente do sujeito da escrita, estabelece, de maneira direta, uma vinculação com a morte. A atribuição de uma autenticidade, registrada na noção de autor, vai perdendo as marcas da individualidade. O nome de um autor não necessariamente pode estar ligado à imagem de um sujeito da escrita possuidor de um estado civil, de uma carteira de identidade com fotografia 3x4 e a marca de uma digital. Um mesmo autor, pode-se suspeitar, liga-se a mais de um sujeito empírico, ou, ao contrário, vários nomes de autores podem dizer respeito a um mesmo indivíduo. Segundo Foucault, o nome de um autor estabelece, entre um certo número de escritos, um agrupamento que delimita uma prática discursiva, pois “assegura uma função classificativa” (Foucault, 1992, p. 44).

O campo da discursividade é muito amplo, podendo surgir em uma conversa, em uma lista de padaria, em cartas, livros, contratos, etc. Contudo, nem todos esses discursos recebem a referência do nome de um autor. A função autor classifica um certo modo de discurso, estabelecendo o estatuto de uma obra, que deve existir, circular e funcionar em uma dada sociedade. A circulação de uma obra se dá, ainda de acordo com Foucault, a partir de quatro características da função autor: trata-se de um objeto de apropriação penal; sua atribuição a um dado indivíduo se exerce de maneira historicamente variável; a atribuição não se dá de modo natural, mas sim, através de uma operação complexa de regras de construção de um ser racional com estabelecimento de um estatuto realista; não se vincula simplesmente a um indivíduo real, podendo encontrar-se de maneira dispersa a ser ocupada por diferentes indivíduos.

A função autor caracteriza-se, desta forma, como delimitadora e classificadora de certos tipos de discursos que variam conforme a época e que são apropriados pelas instâncias jurídicas de propriedade literária por parte do autor e de responsabilidade penal deste. Roger Chartier (1999), no entanto, ao trabalhar em cima das datas utilizadas por Foucault a fim de traçar um esboço histórico da emergência da função autor, afirma que não se deve enclausurar o pensamento de Michel Foucault em fórmulas simples que estabelecem uma correlação de exclusividade entre a função autor e o regime de propriedade. Chartier entende que a função autor não se relaciona a uma determinação específica e nem a um momento histórico único. Seus estudos buscam a análise de três dispositivos: jurídicos, repressivos e materiais.

O livro exerce, segundo Chartier, a função de instaurador de ordem por diversos motivos: pelas maneiras de decifração do texto, pela autoridade que o encomendou, pelos modos de circulação, pelo formato e suporte que ele dá ao texto, etc. A ordem dos livros, no entanto, não anula a liberdade do leitor, pois, apesar de o livro se submeter aos contratos editoriais e às repressões aos textos heréticos, o leitor pode realizar, através das múltiplas maneiras de apropriação de um texto, uma reformulação das significações que se queria reduzir pelas competências e convenções, instaurando, assim, uma dialética entre imposição e apropriação.

O livro, como suporte material para textos, vem sofrendo mudanças que contribuem para a constituição da função autor. Nos primeiros séculos da era cristã, temos a substituição do *volumen* pelo *codex*, ou seja, do livro em rolo pelo livro reunido em cadernos. Primeiramente, o *codex* era manuscrito, sendo, segundo Chartier, o livro impresso um simples herdeiro deste. Desta forma, a grande revolução não estaria no advento da imprensa, mas na mudança das formas e dos suportes que possibilitam uma maior liberdade do leitor, além de modificar a própria maneira de se organizar o texto, com sumário, paginação, comparação de diversas passagens e, principalmente, a possibilidade de um exame do conjunto e não apenas de uma parte do texto.

O livro estruturado em cadernos passa a ter uma folha de rosto para identificação. Esta mudança no formato do suporte material, que, em muito, facilita a circulação dos textos, instaura a preocupação com a divulgação de textos heréticos. As instâncias repressivas necessitam, contudo, da criação de indicações precisas dos responsáveis pelo texto, a fim de delimitar a circulação de todo e qualquer discurso. A folha de rosto se consagra, assim, como marca identificadora e garantia de circulação do texto. Chartier oferece como exemplo a folha de rosto da lenda de Dom Quixote. Esta obra, editada em 1605, além do título, que aparece em letras maiúsculas, e do

ano, que vem ao centro, contém quatro nomes próprios: na parte superior, o nome do autor e da pessoa a quem o livro é dedicado, e na parte inferior, o nome do editor e do livreiro responsável pela venda: “Durante a repressão, todavia, a responsabilidade do autor de um livro não parece ser considerada maior do que aquela do impressor que o publicou, do livreiro ou do mercador que o vendeu, ou do leitor que o possui. Todos podem ser conduzidos à fogueira se tiverem proferido ou difundido opiniões heréticas” (Chartier, 1999, p. 52).

Dessa forma, estamos diante de uma clivagem entre texto/autor e suporte/meios de circulação. Esta divisão, aparentemente simples, instaura a articulação entre o texto e o autor de tal forma que o autor fica dependente e reprimido, pois suas intenções ao escrever um texto não podem se impor nem para os livreiros nem para os leitores, seja pelas questões repressivas, jurídicas ou mesmo pela multiplicidade de interpretações; as experiências e as categorias utilizadas pelo autor para compor um texto, que formam as matrizes da escrita, são delimitadas pelo contexto social.

Neste sentido, a função autor se constituiu de maneira articulada com sua dependência ao patronato, dado que, para uma obra ser publicada, deve passar pelo crivo de uma autoridade. Esta composição harmônica entre o patronato e a função autor pode ser exemplificada através da publicação, por La Croix du Maine, em 1584, e por Du Verdier, em 1585, de uma biblioteca (texto em ordem alfabética) de todos os autores existentes na França até então. Em carta enviada ao rei, La Croix du Maine explica as duas razões que o levaram a esta publicação: mostrar a superioridade da França, com seus três mil autores em língua vulgar, em relação aos cerca de 300 em italiano; identificar, além do nome do autor, também, o nome das pessoas a quem as obras são dedicadas. Chartier acrescenta o estudo dos suportes materiais e repressivos ao estudo das instâncias jurídicas inerentes à classificação de obras a partir da função autor. Tomando como ponto de partida o ensaio “O que é um autor?”, de Foucault, Chartier se viu convidado “a uma investigação retrospectiva, na qual a história das condições de produção, de disseminação e de apropriação dos textos tem uma pertinência particular” (Chartier, 1999, p. 38).

O texto de Foucault, contudo, provoca algumas discordâncias. O próprio Chartier concebe que, na Idade Média, tanto obras “científicas” quanto obras “literárias” eram classificadas a partir da função autor, enquanto Foucault atribuiu a autoria apenas às “científicas” (Cf. Chartier, 1999). Neste caso, é Chartier quem atribui uma fragilidade ao pensamento de Foucault. Em outros casos, no entanto, é a fragilidade da crítica que fica patente: Lucien Goldmann entende que Foucault nega e suprime o autor, estabelecendo uma coerência teórica com sua negação do homem em geral.

Foucault rebate este tipo de entendimento, mesmo sabendo que uma obra escapa em muito às enunciações do autor, contudo, ao estabelecer uma delimitação discursiva, possibilitada pela função *Michel Foucault*, esclarece que o autor existe como função classificadora, não para se restabelecer a unidade entre autor e obra, mas para analisar os modos de exercício da função autor.¹

Goldmann inclui Foucault, ao lado de Lévy-Strauss, Roland Barthes, Althusser, Derrida, etc., no grupo ao qual denomina de “escola francesa do estruturalismo não-genético”² (Goldmann *apud* Foucault, 1992, p. 73). Ao estruturalismo não-genético, contrapõe o estruturalismo genético, no qual se inclui. O primeiro grupo partiria da negação do sujeito ao submetê-lo às determinações das estruturas, sejam elas lingüísticas, sociais ou mentais. O segundo grupo possui três teses centrais: a existência do sujeito; a dimensão histórica/cultural, na qual o sujeito é substituído, não por estruturas, mas por um sujeito transindividual; a caracterização de todo comportamento como funcional. Dessa forma, em seu estudo da obra de Racine, Goldmann conclui que o autor dos textos escritos por Racine é, além do indivíduo Racine, também o grupo jansenista. Assim, o indivíduo Racine continua existindo e tendo uma importância fundamental na elaboração de uma obra, porém o autor é um sujeito transindividual (grupo jansenista), sendo o ato de Racine escrever o texto um comportamento funcional, pois é estruturado e significado dentro de um contexto social mais amplo. Sendo assim, a hipótese central do estruturalismo genético pode ser entendida da seguinte maneira: “O caráter coletivo da criação literária provém do fato de as estruturas do universo da obra serem homólogas das estruturas mentais de certos grupos sociais, ou estarem em relação inteligível com elas, ao passo que no plano dos conteúdos, isto é, da criação de universos imaginários regidos por essas estruturas, o escritor possui uma liberdade total” (Goldmann, 1976, p. 208).

Esta posição de Goldmann, de contrapor o estruturalismo não-genético ao estruturalismo genético, parte do pressuposto de que Foucault submete o indivíduo às estruturas, negando-lhe qualquer tipo de liberdade. No entanto, o maior embate teórico de Foucault dar-se-á, não em relação à sociologia, mas em relação ao existencialismo de Sartre, principalmente após a publicação de *As Palavras e as Coisas*, exatamente em função da noção de humanismo e de liberdade. A filosofia de Sartre se concentra sobre o homem, ou seja, todo o interesse do existencialismo enquanto um humanismo se volta para o indivíduo concreto no exercício pleno de sua liberdade.

Podemos entrever essa querela ao abordarmos a questão do autor na visão de Sartre e Foucault. Em *As Palavras e as Coisas*, Foucault define, para cada época, uma con-

figuração que molda e delimita a discursividade científica. Seu interesse não está situado nos nomes dos autores, mas no campo constitutivo que permite a emergência da possibilidade de um tipo de pensamento e não de outro qualquer. O campo epistemológico da idade clássica produz a gramática geral, a análise das riquezas e a história natural. Esses campos do conhecimento cedem lugar, na cultura ocidental moderna, para a formação da Filologia, da Economia Política e da Biologia. Uma reestruturação do campo epistemológico possibilita o aparecimento das ciências humanas, fazendo com que o homem possa pensar a si mesmo: “Não se trata, portanto, de conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse enfim se conhecer; o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a *epistémé* onde os conhecimentos, encerrados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraizam sua positividade e manifestam, assim, uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidade” (Foucault, 1995, p. 11).

Foucault define seu estudo de maneira diversa da análise histórico-sociológica, assim como combate o vínculo que se estabelece entre o indivíduo concreto e a obra, e, mais ainda, a noção de projeto como origem das possibilidades da escrita (Foucault, 1992). Mais precisamente, neste ponto, Foucault se volta contra proposições fundamentais da obra de Sartre. O filósofo existencialista concebe o ser humano como uma totalização-em-curso. Por exemplo, podemos ter um texto inacabado como uma situação objetiva. Neste caso, a consciência projetiva instaura uma mediação subjetiva que se coaduna com o projeto originário. A partir desta mediação, o sujeito se lança ao futuro em forma de ato, criando uma nova situação objetiva: o livro concluído.

Para Sartre, é o futuro que determina as ações humanas, ou seja, o ser humano, ao estabelecer suas finalidades, determina o presente (Cf. Perdigão, 1995). O projeto, ou seja, a finalidade perseguida nos coloca entre as construções passadas e o futuro em curso, fazendo das práxis humanas passadas, o que estrutura as condições de novos trabalhos, e, do projeto, a possibilidade de transformação para se atingir uma outra realidade: “É a práxis humana, e só ela, que se incumbe de criar as estruturas, manter as já existentes ou, ao contrário, suprimi-las” (Perdigão, 1995, p. 278).

O autor se constitui, na versão de Sartre, como o agente de um projeto. Dessa maneira, Sartre tentará compreender Baudelaire e, posteriormente, Flaubert como a enunciação da práxis de uma liberdade que trará conhecimento sobre uma liberdade diversa da sua. Não se trata, portanto, de estabelecer a biografia de um santo

maldito ou da constituição de um caso clínico a fim de conhecer as condições psíquicas ou mesmo psicopatológicas da criação dos poemas de *As Flores do Mal*. Ao contrário, o que se pretende é mostrar a práxis humana como constituinte/constituída pelas estruturas, que nada mais são que as práxis humanas passadas. Sartre afasta-se, desse modo, de explicações psicológicas para o fato da constituição de um autor. Não se interessa por dados primordiais, nem por desejos incontidos ou determinados, que acabam sumindo como homem por trás de um feixe de abstrações generalizantes. Qualquer ser humano, como por exemplo Flaubert, é definido por Sartre como uma totalização-em-curso, como um projeto primordial de unificação com o mundo (Cf. Sartre, 1997).

No embate entre o humanismo de Sartre e a *morte do homem* de Foucault, vemos a enunciação de uma discordância escandalosa. Segundo Paulo Perdigão, “é correto afirmar que a maioria dos estruturalistas franceses, como Michel Foucault em *As Palavras e as Coisas* e Louis Althusser, em *Para Ler o Capital*, escreveu os seus livros *contra Sartre*” (Perdigão, 1995, p. 26); Renato Janine Ribeiro é mais comedido e afirma que “evidentemente, seria tolo reduzir a obra de Foucault a uma contestação de Sartre” (Ribeiro, 1995, p. 164). Didier Eribon relata que durante um colóquio, em 1988, Raymond Bellour afirmou ter lido as provas de *As Palavras e as Coisas* e estas continham diversos ataques a Sartre que foram suprimidos na versão definitiva (Cf. Eribon, 1990). Mesmo que Foucault tenha retirado os ataques mais explícitos, Sartre entendeu o recado e, em uma edição especial da revista *L’Arc*, respondeu: “O que encontramos em *Les mots et les choses*? Não é uma ‘arqueologia’ das ciências humanas. O arqueólogo pesquisa os vestígios de uma civilização desaparecida para tentar reconstituí-la...O que Foucault nos apresenta, como bem percebeu Kanters, é uma geologia: a série de camadas sucessivas que formam nosso ‘solo’ (...). Sua perspectiva continua histórica, claro. Ele distingue as épocas, um antes e um depois. Mas substituiu o cinema pela lanterna mágica, o movimento por uma sucessão de imobilidades. O sucesso de seu livro prova que era esperado. Ora, nunca se espera um pensamento realmente original” (Sartre *apud* Eribon, 1990, p. 167).

A maneira como Foucault lidava com a obra de Sartre e vice-versa, não necessariamente está ligada à visão que o jovem filósofo tinha do Voltaire-caolho que era Sartre, e nem com a visão que o velho filósofo possuía do Nietzsche-careca que era Foucault. A relação de Sartre com sua própria obra é bastante significativa: renunciou ao Prêmio Nobel; não entendia como podia ficar anos a fio recebendo direitos autorais por obras que já nem mais reconhecia como suas; além de ter proibido, a partir de sua aproximação com os comunistas, a encenação

de seu texto *As Mãos Sujas*. A relação de Foucault não fica atrás: como pudemos ver, apesar de Foucault também refutar textos, como *Doença Mental e Personalidade*, e de se impor inúmeras retrospectivas de sua própria obra, elabora a recusa da noção de autor como dono de uma subjetividade que possui um discurso singular que perfaz uma obra original e instauradora de um vínculo inalienável entre vida e obra.

Ensaio sobre ensaio

Seja como função classificativa e delimitadora de uma discursividade em Foucault; seja como transindividualidade em Goldmann; seja como conseqüência de uma convergência em aparatos jurídicos, repressivos e materiais em Chartier; ou, ainda, como instauração de um projeto em Sartre, a função autor não constitui uma unidade indissolúvel com a obra, pois não se trata de caracterizar a obra como produto de uma subjetividade original, dotada de dons especiais ou inspirada pelos deuses. Os debates sobre o autor vêm ganhando cada vez mais destaque, sem, contudo, provocar um retorno à figura romântica do gênio criador.

Se, por um lado, vemos discursos acerca da autoria fugirem da totalidade autor/obra, por outro lado, temos diversos autores elaborando discursividades totalitárias, *sem rugas, redondas, brilhantes* e todas as demais classificações que afastam o erro e se aproximam da perfeição. As obras utópicas ganham um destaque especial quando se quer analisar as enunciações que elaboram uma unidade organizativa que conjura a alteridade indesejável e estabelece um núcleo ordenador privilegiado.

Este tipo de postura encontra suas bases na ideologia da *utopia asséptica* da *República* de Platão (1949). A Grécia do tempo de Platão possuía como protótipo do herói a figura de Odisseu, também conhecido como Ulisses. A *Odisséia* (Homero, 1961), que narra a saga de Ulisses, de seu retorno à sua terra, forma, ao lado da *Iliada*, a obra do maior poeta grego: Homero. Este poeta nos faz ler no Canto V: “nosso propósito irrevogável de à pátria o divino Odisseu voltar logo” (Homero, 1961, p. 80). Esta volta, em verdade, far-se-á, mas não sem antes enfrentar grandes obstáculos, como fica claro no pedido do Ciclope ao deus dos mares, no Canto IX: “dá que não possa voltar Odisseu, eversor de cidades” (idem, p. 142).

Ulisses, neste sentido, pode ser visto de duas maneiras: como um grande herói e como um destruidor, um perigo à *pólis*. De maneira significativa, estas duas miradas serão lançadas sobre o próprio Homero. Este, como protótipo do Poeta, será, na *República* de Platão (1949), ungi-do e coroado, ou seja, tratado como herói, para depois ser expulso da cidade como figura prejudicial. O imaginário, representado pela figura do poeta, é, desta forma,

tratado como um assunto periférico pela racionalidade. Em nome de uma idealização calcada na racionalidade e na produção de objetos úteis, a cidade expulsou pela porta da frente o Poeta em nome de uma racionalidade utópica, por outro lado, abriu espaço para que o Poeta retornasse para a *pólis*, dado que a ilusão, a fantasia, etc., constituem o próprio solo de sua *República*.

A utopia de um mundo racional atravessa séculos e vai ganhar nova formulação em meio ao entusiasmo gerado pela metodologia do empirismo inglês. A ordenação de um mundo completamente explicado pela ciência faz com que um grupo de naufragos, ou seja, de pessoas que perderam o rumo, cheguem à *Nova Atlântida*. A falta de precisão, o erro, a incapacidade em dominar a natureza e adstrar o acaso, necessita de novos métodos e instrumentos para estabelecer a ordem no mundo.

O método da ciência experimental como o conhecemos hoje teve suas bases estipuladas pelo filósofo inglês Francis Bacon. Em sua obra utópica, *A Nova Atlântida*, Bacon (1979) conta a história de um povo que conseguiu a felicidade dos homens através do progresso da ciência. Elabora a história de um grupo de navegadores que, partindo do Peru, querendo chegar à China e ao Japão, depara-se em pouco tempo com a falta de vento, e este quando volta leva-os para o norte. No momento em que já estavam sem provisões e preparavam-se para a morte, avistaram terras desconhecidas. Estavam sem saber na Nova Atlântida, Estado dirigido e orientado pela casa de Salomão, instituição científica que se ligaria aos demais campos – arte, política, economia, agricultura, etc. –, a fim de beneficiá-los com o progresso da ciência.

A literatura está recheada de exemplos de sociedades purificadas. Em um desses livros, *Walden II*, Skinner lança a noção de *engenharia do comportamento*. Vejamos dois exemplos desta noção que lhe é fundamental. Primeiramente em relação às ovelhas: em *Walden II*, pode-se ver ovelhas pastando numa grande extensão de grama cercadas apenas por cordas. Nada de cercas, nada de arames, apenas cordas. Ao mesmo tempo em que pastam, as ovelhas aparam a grama. Para que toda grama fosse aparada, as ovelhas precisavam ter acesso a todo o terreno. Frazier, personagem que concebeu a sociedade, resolveu o problema ao utilizar: “Uma cerca elétrica portátil que pode ser usada para mover o rebanho pela grama como um gigantesco cortador, porém deixando sempre livre a maior parte do gramado (...) logo descobrimos que as ovelhas se mantinham dentro do quadrado, sem tocar a cerca, e que não havia necessidade de eletrificá-la. Então substituímos por uma corda, que é mais fácil de transportar”. E acrescenta em seguida: “O curioso (...) é que a maior parte desses carneiros nunca levou choque da cerca. A maior parte deles nasceu depois que tiramos a eletrificação. Tornou-se tradi-

ção entre nossos carneiros nunca se aproximarem da corda. As ovelhinhas adquirem isso das mais velhas, cujo julgamento elas nunca questionam” (Skinner, 1978, p. 22).

Passemos ao segundo exemplo, agora com seres humanos: um grupo de visitantes é levado por Frazier para conhecer uma construção com salas de leitura, jogos, bibliotecas, etc. Deste local pode-se observar a paisagem de *Walden II*. Um dos visitantes pergunta a Frazier por que as pessoas ficam dentro dos prédios quando poderiam estar passeando. Eis a resposta: “Provavelmente, porque não precisam estar aqui. Os habitantes de *Walden II* podem sair a qualquer hora do dia. Eles não têm razão para esperar o fim do dia de trabalho ou que as crianças sejam postas na cama. Nem têm interesse em sair dessas quatro paredes” (Skinner, 1978, p. 41-42).

Apesar de todo esse esforço de construção de um mundo com as arestas aparadas, de plantas bem desenhadas, de projetos executados de maneira exemplar, a criação e manutenção desta racionalidade somente podem ser dadas a partir de elaborações imaginárias que fazem o mundo transbordar e as paredes desses edifícios perfeitos gotejarem. O poeta retorna à República; para além do horizonte da *Nova Atlântida*, as embarcações continuam se perdendo ou afundando; quem conhece *Walden II*, a exemplo dos jovens visitantes imaginados pelo próprio Skinner, retorna para as cidades tumultuadas de onde saíram.³

Estas tentativas de totalização, em obras bem acabadas, sem rasuras, encontram seu contraponto na concepção de ensaio. A palavra ensaio sugere exatamente o contrário de algo que chegou a termo. Indica o provisório, o inacabado, a tentativa, o treino, a preparação para um fim. Contudo, o ensaio como gênero literário estabelece a falta de uma ordenação rigidamente estabelecida como formato de obra, como fim, e não como uma etapa capenga em direção ao que pode se tornar perfeito, ao que se quer definitivo. Os *Ensaio*s, de Montaigne, não se configuram como a preparação para um fim, como uma prova; estabelecem mesmo uma nova maneira de filosofar.

A visão que se tem da obra de Montaigne ficou, por muito tempo, e não sem razão, marcada por termos como fragmentária, despretensiosa, casual, etc. Não se conseguia vislumbrar uma ligação entre os diversos assuntos abordados pelo filósofo francês do século XVI, tendo-se mesmo, seus discursos, como uma grande confusão, na análise feita por Charles Sorel no século XVII. Somente no início do século XX, a partir de um exaustivo trabalho de Pierre Villey, é que os ensaios passaram a ser lidos como obra inscrita na ordem e na coerência. Villey defende a hipótese da evolução do pensamento de Montaigne de um primeiro momento no qual simplesmente manifesta as suas impressões, para um segundo momento de elaboração de uma marca filosófica.

Os textos de Montaigne, anunciados pelo próprio autor como apenas um retrato de si mesmo, não evidenciam uma autobiografia, mas caracterizam os ensaios como a composição, não de ensinamentos sobre as coisas do mundo, mas, de juízos particulares sobre os acontecimentos. Não se encontra nos *Ensaíos* a preocupação de se transmitir um saber, de se estabelecer normas ou de moldar o homem em um determinado tipo de pensamento, pois Montaigne (2000) evidencia a inconstância de nossos pensamentos e ações, assim como as diversas maneiras de se conquistar um único objetivo. As ruas traçadas por Montaigne são sinuosas, às vezes estreitas e muradas, porém, não necessitamos mais do que de uma fresta para enxergar longe.

As mudanças ocorridas na crítica literária sobre o gênero ensaio, indo desde algo desarticulado até a manifestação de uma coerência intrínseca, apenas evidenciam o argumento de não-vinculação aprisionante entre o Autor e a Obra, dado que esta se mantém em expansão ou retrocessos que fogem totalmente do controle assim que surge, e continua repercutindo mesmo após o desaparecimento do Autor (Neves, 1988). Não devemos, contudo, aprisionar a Obra de Montaigne, ou de qualquer outro Autor, em uma leitura “correta” e “verdadeira” de textos, constituindo uma unidade fechada que se inscreve apenas no lugar da morte.

Notas

¹ O mesmo pode ser dito em relação ao argumento da *morte do homem* utilizado por Foucault ao final de *As Palavras e as Coisas*.

² Foucault rebate também esta afirmação, discordando de que faça parte da corrente estruturalista.

³ Está claro que nem todas as obras utópicas estão calcadas em uma racionalidade. Países imaginários, como a *Cocanha*, fogem do exemplo de utopia ordenadora e unificadora que apresentamos.

Bibliografia

- BACON, F. *A Nova Atlântida*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.
- _____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- HOMERO. *Odisséia*. São Paulo: Melhoramentos, 1961.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaíos*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. *As máscaras da totalidade totalitária: memória e produção sociais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- PLATÃO. *A república*. Rio de Janeiro: Calouste Gulbenkian, 1949.
- PERDIGÃO, Paulo. *Existência & liberdade: uma introdução à filosofia de Sartre*. Porto Alegre: L&PM, 1995.
- RIBEIRO, Renato Janine. “O intelectual e seu outro”. *Tempo social*. São Paulo: editora Sete, p. 163-173, out., 1995.
- SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SKINNER, B.. *Walden II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

* Walter Melo é doutorando em Psicologia Social pela UERJ e Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-RJ. É autor de *Nise da Silveira* (Coleção Pioneiros da Psicologia. Rio de Janeiro: Imago/Conselho Federal de Psicologia, 2001).